

PROCESSO DE *CONTATO* E PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO NA BAIXA BACIA DO AMAZONAS

SÉCULOS XVI-XVIII

RUI GOMES COELHO Bolseiro PCI do Ministério da Ciência e Tecnologia (Brasil) / Museu Paraense Emílio Goeldi, IAP – UNL|UAlgarve

FERNANDO MARQUES Museu Paraense Emílio Goeldi, IAP – UNL|UAlgarve

RESUMO A desembocadura do Amazonas foi, desde o século XVI, a principal porta de entrada para os exploradores europeus numa das maiores regiões tropicais do mundo.

Face às circunstâncias naturais e humanas do território amazônico, interessa-nos entender quais os mecanismos materiais que foram simultaneamente motor e resultado do processo de *contato* entre os indígenas e os agentes da colonização. Daremos, para isso, um enfoque especial às notícias das primeiras interações, à organização do espaço colonial, aos padrões de assentamento e possíveis relações de dependência europeia das pré-existências e das expectativas indígenas. A cidade de Belém, fundada em 1616, e o seu entorno, serão o nosso ponto de partida para um olhar que se estenderá à baixa bacia do Amazonas, desde a ilha de Marajó até Santarém.

PALAVRAS-CHAVE Brasil, Amazônia, contato, terra preta arqueológica

1. A IDEIA DE CONTATO COMO PROCESSO DE ORDEM CONTEXTUAL AO LONGO DE TODO O PERÍODO COLONIAL: O CASO DA BAIXA BACIA DO AMAZONAS

A ideia de “contato”, mais do que conceito definido, permanece como campo de disputa aberto. Apesar da sua aceitação muito para além dos profissionais da Arqueologia enquanto fenómeno central no início da era da expansão europeia, da conquista e colonização de todos os continentes pelas sociedades europeias, a noção suscita várias interrogações que exigem um olhar crítico sobre a abordagem do que lhe está associado. Com efeito, o “contato” encontra-se mais associado a encontros de curta duração do que a relações prolongadas em que se enfatize a heterogeneidade das formas de colonialismo e dos modos com que os indígenas lhe fizeram face. Por outro lado, o conceito privilegia formações culturais pré-definidas sobre as novas, notoriamente aquelas derivadas do próprio encontro, o que de acordo com Silliman (2005) impede a apreciação das possibilidades oferecidas pela cultura material no reconhecimento dos mecanismos de mudança e continuidade culturais.

Noutro sentido, haverá que reconhecer a larga aceitação que a terminologia encontra entre a sociedade e a

comunidade académica, aspeto que nos faz ter em conta a continuidade da sua utilização. No entanto, considerando a problemática do colonialismo na linha da-quele autor, haverá que assumir as potencialidades oferecidas pelas análises de poder, domínio e resistência, em particular no contexto amazônico (Coelho, 2009). Assim, preferiremos chamar a este fenómeno de processo de contato.

No presente trabalho procuraremos fazer um levantamento preliminar das primeiras evidências do contato, entre o século XVI e os meados do século XVIII, ou seja, entre a entrada efetiva dos primeiros europeus no estuário amazônico e as reformas pombalinas, com particular enfoque nas suas materialidades. A nossa intenção passará também pela abertura de perspectivas de investigação futura, face à magnitude da região.

2. AS NOTÍCIAS DAS PRIMEIRAS INTERAÇÕES ENTRE EUROPEUS E INDÍGENAS NA REGIÃO

Gonzalo Pizarro e Francisco de Orellana iniciaram em 1540 a primeira viagem completa conhecida através da bacia do Amazonas, desde Quito até à sua desembocadura, uma viagem que haveria de terminar somente em 1542 em Nova Cádiz, na atual Venezuela. Na sua dificultosa viagem, registada pelo dominicano

frei Gaspar de Carvajal, testemunharam a existência de comunidades indígenas belicosas e contingentes populacionais aparentemente elevados. Destaquemos a área hoje associada à região de Santarém, considerada muito povoada de gentes e estruturada no que chamaram de grandes cidades, situadas a mais de duas léguas de distância do rio para a banda do Sul. Essas terras, que os homens de Orellana reconheceram ser particularmente férteis, estariam sob o domínio de um governo centralizado, então nas mãos do chefe Nurandaluguaburabara (Carvajal, 2000, p. 81-83). Esta será a mais antiga alusão ao que poderão ter sido os tapajós e sua organização social. Mais perto do mar, junto à desembocadura do grande rio e no que é hoje presumivelmente o Amapá, os ibéricos viriam a encontrar-se com índios menos hostis, que lhes deram sinais de como haviam já conhecido cristãos e que acabaram por apoiar a continuação da viagem (Carvajal, 2000, p. 85-86).

Em 28 de Outubro de 1637 larga do porto de São Luís do Maranhão Pedro Teixeira, que haveria de chegar a Quito quase um ano depois. No torna viagem seria acompanhado pelo padre Cristóbal de Acuña (1641). É este jesuíta que nos legará as informações mais importantes acerca do percurso. Sobre a designada "Província" dos tapajós, por exemplo, refere que "es muy poblada de Barbaros, en buenas tierras, y de abundantes mantenimientos" (Acuña, 1641, p. 38; Saragoça, 2000, p. 71-79). Maurício de Heriarte, que redigiu em 1662 a sua *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas*, legou-nos interessante testemunho sobre a região nos primórdios da sua colonização poucos

anos passados da expedição de Pedro Teixeira, sendo possível que o próprio tenha conhecido alguns dos participantes da viagem. Refere que à época da chegada dos portugueses existiriam mais de 600 aldeias tupinambás na área de Belém, muitas das quais se coligariam numa revolta geral em 1617. Refere ainda as sobejamente faladas ilhas dos nhengaíbas e aruãs, correspondentes à atual ilha de Marajó, cujos indígenas eram particularmente belicosos, para mais num terreno que oferecia especiais dificuldades às expedições punitivas por parte dos agentes colonizadores. No caso do rio Tocantins refere ainda numerosas aldeias indígenas em processo de evangelização, e depois subindo o rio, os vários grupos étnicos de "língua geral", ou seja, com ligações ao mundo tupi-guarani, além de outras que se recusam a tratar com portugueses. Mais significativa será a descrição do que chama de "Província dos Tapajós", na atual região de Santarém, cuja maior povoação organizaria o impressionante quantitativo de 60 mil arcos em tempos de guerra. Enquanto grandes produtores de milho, frutas e mandioca, Heriarte refere várias aldeias que estariam submetidas ao poder de um único chefe (Heriarte, 1874, p. 24-38; Saragoça, 2000).

Em suma, podemos dizer que a generalidade das evidências históricas apontam para a existência de grandes contingentes populacionais dependentes de trabalhos agrícolas de significativa envergadura aquando da chegada dos primeiros europeus e imediatamente antes da dizimação causada pela introdução das epidemias vindas de além-mar (Myers et al., 2003, p. 15-21; Schaan, 1996, p. 41-49; Porro, 1995).



1. Vista de satélite da baixa bacia do Amazonas, com algumas das áreas arqueológicas mais importantes (Google Earth, 2011).

urnas funerárias distintas das do Norte do Amapá. No interior de uma delas, no sítio de Campo Redondo, reconheceu ossos humanos e uma conta vítrea longa, azul e branca. A sua cronologia, porém, permanece indefinida (Nimuendajú, 2004, p. 63-66). No sítio designado Tezo dos Índios, no Sudeste da ilha, o pesquisador encontrou vários artefatos europeus associados a urnas funerárias. Falamos de cinzeiros, machados, facas, tesouras e restos de outros artefatos de ferro, assim como fragmentos de espelhos e um grande número de contas de vidro e porcelana, material este que viria a ser encontrado também no sítio de Rebordello (Nimuendajú, 2004, p. 70-76). O etnólogo supôs que todas estas evidências remontariam ao século XVIII, associando-as a um êxodo dos aruãs do Marajó face aos avanços portugueses (Nimuendajú, 2004, p. 102).

Mais a Ocidente, há também a ocorrência de contas de vidro na região do Tapajós, na área urbana de Santarém, embora sem contexto arqueológico¹. Com efeito, os dados até agora publicados não nos permitem ainda relacionar as ocupações pré-coloniais com os primeiros europeus que ali terão passado nos séculos XVI e XVII. No sítio Aldeia (Santarém), por exemplo, apontam-se para materiais históricos mais tardios, dos séculos XVIII a XIX (Gomes, 2010, p. 225).

Podemos assim assumir que a exploração sistemática dos arqueossítios indicados, assim como de outros semelhantes, aumentará em muito o conhecimento de testemunhos desta natureza, na verdade bem menos precários do que seria imaginável. A realidade material destes primeiros encontros, porém, encontra-se à partida limitada aos materiais que presumivelmente sobrevieram à passagem do tempo.

4. OS PRIMEIROS ASSENTAMENTOS E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO COLONIAL: FORTIFICAÇÕES, VILAS E MISSÕES

Os primeiros assentamentos europeus conhecidos correspondem a fortificações de origem neerlandesa ou inglesa, associados ao comércio que gente daquelas origens mantinha com comunidades indígenas do estuário amazônico, ou ainda a plantações. Estas estruturas eram designadas na documentação portuguesa por “fortes” ou “casas-fortes”, o que supomos estar relacionado com o seu modo de construção: em faxina ou inteiramente em madeira, respetivamente. Para os princípios do século XVII sabemos da existência de várias delas, nomeadamente na área de Macapá, no atual Amapá, assim como na margem esquerda do rio Xingu. Uma das mais importantes posições fortifica-

1. Informação oral de Márcio Amaral, a quem agradecemos.

das holandesas encontrava-se nas margens deste rio, e terá sido destruída em 1625 por Pedro Teixeira (Saragoça, 2000, p. 27-30).

Numa carta do estuário amazônico de cerca de 1632, proveniente da oficina de João Teixeira Albernaz e certamente elaborada a partir de informações de Bento Maciel Parente, surgem assinalados vários desses assentamentos. Na margem esquerda do Amazonas contamos seis “casas-fortes” e um forte ingleses, assim como uma “casa-forte” e dois fortes holandeses. Estes terão possuído ainda no arquipélago de Marajó mais duas fortalezas.

A primeira fortificação portuguesa data de 1616, aquando da chegada da expedição de Francisco Castelo Branco à área que viria a tornar-se na cidade de Belém (Saragoça, 2000, p. 11-27). Tratava-se de construção inteiramente em madeira, e assim permanecerá até às obras de Bento Maciel Parente, que a transformará num forte de taipa. Lima vai um pouco mais além e sugere que a fortificação primitiva poderia ter-se baseado nas cercas já existentes da aldeia tupinambá (2006, p. 83). Porém, até que as evidências o revelem, tal ideia quedará no domínio das hipóteses.

Certo é que numa vista sobre Belém, tirada por um anónimo holandês cerca de 1640 e provavelmente a partir de um navio por volta de 1640, atualmente nos Arquivos Nacionais de Haia, nos Países Baixos, a cidade parece bem fortificada. O castelo, que então já havia recebido as obras ordenadas pelo capitão-mor Bento Maciel Parente, contava agora com um bastião com quatro peças de artilharia e um meio reduto voltado para a baía de Guajará, com outras quatro peças. A área central da cidade, que não se achava cercada por muralha alguma, encontrava defesa nos barrancos que davam para a baía, enquanto que para o lado da terra firme estava protegida por uma muralha de terra. Para além do núcleo principal, no que viria a ser a Campina, a defesa dependia do reduto de Santo António ou do barranco natural, cuja imponente levou os flamengos



Fernando Marques, 2000

4. Intervenção arqueológica no forte do Castelo, Belém. Sob várias camadas de aterro no interior da fortificação, reconheceu-se camada de terra preta correspondente ao solo de antigo assentamento indígena.

a chamarem-no de obra fortificada.

Em todo o caso é pouco conhecida a arquitetura das primeiras estruturas defensivas em madeira no Norte da América portuguesa. Em boa verdade, conhecem-se apenas três representações, ambas já relativamente distantes do período da fundação de Belém. A primeira corresponde à já referida vista holandesa de Belém, de cerca de 1640, onde se representa uma estrutura de madeira correspondente ao reduto de Santo António, na periferia da cidade. Porém, apenas se reconhece uma face da estrutura, de pau a pique (Reis, 2000). No Arquivo Histórico Ultramarino conserva-se a planta, datada de 1688, da casa-forte do Cabo Norte, em madeira, de estrutura estelar com quatro ângulos (Dias, 2004, p. 120). Já a planta da casa-forte de Ourém no rio Guamá, executada em 1754 (Reis, 2000), é ligeiramente diferente, apresentando-se como um quadrilátero com quatro meios baluartes, semelhante à projetada fortaleza de faxina de Macapá, nunca construída enquanto tal (Dias, 2004, p. 114). Deste modo, é possível que a primitiva fortificação de Belém tivesse uma dessas configurações estelares, muito distintas das obras de defesa tupinambá.

Para além desta fortificação, que era a chave do domínio português em toda a região, mandaram-se fazer várias obras de defesa. Elas se concentrariam sobretudo junto da entrada dos canais principais do estuário do Amazonas, de onde se destacam o núcleo de Macapá, que conheceu vários fortes, ou o sistema de defesa de Belém, que incluiu a fortaleza da Barra e o fortim de São Pedro de Nolasco. Fortificações situadas mais no interior serviriam à proteção dos movimentos colonizadores face aos indígenas, ou então ao controlo da navegação pelo grande rio, como é o caso do forte dos Pauxis, tornado depois Óbidos (Vianna, 1905).

Para além das fortificações, elemento essencial na organização do território foi a criação de uma rede de vilas. Elas assegurariam o controlo do espaço e a organização do trabalho na economia escravagista. A maioria formou-se à sombra de fortalezas, como no caso de Gurupá, mas outras desenvolveram-se por força da sua localização estratégica, como Vigia (Saragoça, 2000). Noutro sentido, haverá que recordar o importante papel das missões religiosas na integração colonial da Amazônia. Beneficiando dos descimentos de indígenas, essas missões haveriam de tornar-se verdadeiros pólos agregadores dos agentes coloniais. Noutro sentido, potencializariam a formação de uma sociedade verdadeiramente colonial através da reunião de grupos indígenas distintos numa mesma aldeia, conformada a partir de uma visão religiosa única e de uma língua que também se pretendia comum, a chamada "língua geral". Em determinado sentido estas missões

foram até aos meados do século XVIII um dos principais agentes da desagregação das sociedades tradicionais indígenas, forçando-as à integração num determinado modelo social e económico (Domingues, 2000; Coelho, 2009; Santos, 2002).

5. PADRÕES DE ASSENTAMENTO: A TERRA PRETA COMO POSSÍVEL DENOMINADOR COMUM ENTRE LUGARES INDÍGENAS E ASSENTAMENTOS COLONIAIS

Verificámos que a quase totalidade dos assentamentos coloniais reconhecidos arqueologicamente se encontram sobre sítios de *terra preta* arqueológica (TPA), resultantes da ocupação humana pré-colonial. A TPA corresponde a solos de tonalidades escuras resultantes da acumulação de carbono, nomeadamente carvões, restos alimentares e eventualmente dejetos humanos, em que se reconhecem artefatos líticos e cerâmicos. Considerada fértil pelas populações atuais, tem sido assumida como parte essencial das intensas transformações na paisagem operadas pelos habitantes da região amazónica antes da chegada dos europeus (Smith, 1980; Neves et. al, 2003; Kern et al., 2003).

Com efeito, as intervenções arqueológicas realizadas em Belém, designadamente no castelo, na praça Frei Caetano Brandão, na *Casa Rosada* à rua Siqueira Mendes, e na praça do Carmo, que correspondem ao núcleo primordial da *Feliz Lusitânia*, revelaram indícios da presença de TPA. No caso da fortificação equivalem a uma significativa camada, imediatamente sob a primeira fase de construção do forte em pedra e cal, registando-se um nível de uso de piso, assim como uma área de fogueira. Datações feitas a partir de espólio encontrado nesse contexto apontaram para uma data em torno do ano 1600 (Marques, 2006; 2010). Estas evidências foram depois confirmadas no entorno da fortificação, no local da igreja do Santo Cristo ou junto ao velho Hospital Militar. Foram realizadas análises geoquímicas de amostras de solo da área que atestaram níveis importantes de fósforo, cálcio e magnésio, indicadores de solos de origem antrópica. Não se identificaram os restos da primitiva construção em madeira que conformaria o designado de *Forte do Presépio*, mas a tradição aponta para que as transformações posteriores tenham retomado a localização desta obra (Marques, 2006).

No decurso das obras de reforma do prédio conhecido por *Casa Rosada*, situado junto à antiga rua do Norte, atual Siqueira Mendes, foi reconhecido um nível de terra preta com até 20 cm de espessura que acompanha um declive para Sudeste, na direção do antigo lago do Piri. Sucedem-lhe imediatamente os aterros destina-

dos a suportar a urbanização da área (Marques, 2008). Na praça do Carmo, diante da igreja do mesmo nome e no extremo da velha rua do Norte, reconheceu-se uma necrópole histórica durante uma intervenção arqueológica no início dos anos de 1990, na qual terão sido inumados vários indivíduos de origem indígena. Dado mais significativo terá sido a implantação dessa necrópole sobre uma área de *terra preta*, detetada a poucos centímetros de profundidade (Marques, 2010).

Podemos apontar assim para uma área de ocupação pré-colonial ou contemporânea do contato correspondente a aproximadamente 50 hectares. Trata-se do núcleo hoje conhecido por Cidade Velha, confrontado a Nordeste pelo canal do Piri, a Leste pelo alagado do mesmo nome, a Ocidente pela baía do Guajará e a Sul pelo rio Guamá. A questão de que seria efetivamente uma aldeia indígena ocupada na época do contato, é sugerida, embora não confirmada, pelos relatos da fundação do *Forte do Presépio* (Marques, 2006).

E fora de Belém? De fato, poucos trabalhos arqueológicos sistemáticos têm sido conduzidos na região tendo em vista o reconhecimento dos primeiros assentamentos coloniais. Ainda assim, vários projetos têm levado à identificação pontual de áreas de contato. Foi o que ocorreu na vila de Vigia, um pouco a Nordeste de Belém, cujo núcleo urbano atual, herdeiro direto do assentamento colonial, está diretamente sobre uma área de *terra preta*. Na fazenda de Jaguarari, junto a Belém, assim como nas vilas e antigas missões de Por-

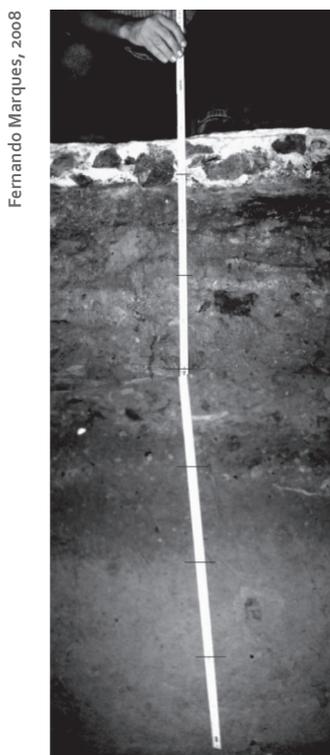
tel, Melgaço, Vila do Conde e Joanes, também foram reconhecidas áreas de *terra preta* sob sítios históricos (Marques, 2004; 2006; 2007; informações inéditas).

Mais a montante, no baixo Tapajós, há que referir três núcleos importantes. O primeiro, correspondente à antiga missão dos Tapajós e hoje cidade de Santarém, onde se tem vindo a reconhecer uma grande extensão de TPA resultante de várias ocupações pré-coloniais e da época do contato. O segundo, na margem esquerda do rio Tapajós e perto da confluência com o rio Arapiuns, correspondente à velha missão jesuítica de Cumarú ou Arapiuns, e depois designada Vila Franca a partir da segunda metade do século XVIII (Baena, 2004, p. 231)². Finalmente um outro núcleo em Portel, a antiga missão de São José. Estes sítios, ainda hoje ocupados por pequenas comunidades ribeirinhas, encontram-se também sobre o que parecem ser áreas de *terra preta* (informações inéditas).

Em todo o caso, e como mostram diversos autores (Denevan, 1996, p. 661-662; Myers et al., 2003, p. 19), são numerosos os assentamentos atuais que correspondem ao mesmo modelo de ocupação a que obedeceram a maioria dos sítios de *terra preta*, implantados entre as várzeas e a terra firme. Será por isso interessante esclarecer através do estudo de assentamentos coloniais se, como alguns autores assumem, a formação de TPA foi gradualmente interrompida a partir do contato (Neves et al., 2003, p. 37-39) ou se, pelo contrário, continuou durante a ocupação colonial.

6. PARADOXOS IMPERIAIS: OS PROJETOS COLONIAIS NA DEPENDÊNCIA DAS PRÉ-EXISTÊNCIAS E DAS EXPECTATIVAS INDÍGENAS

Vimos como os primeiros assentamentos de origem europeia no estuário do Amazonas corresponderam a antigas aldeias indígenas, ou se implantaram junto a outras situadas nas suas proximidades. Daí, por certo, que sejam muitas vezes coincidentes as cidades e vilas amazônicas com áreas de *terra preta*, nomeadamente entre as várzeas e a terra firme (Denevan, 1996). Isso dever-se-á explicar desde logo por contingências geográficas: os europeus, como diversos grupos indígenas, procuraram instalar-se em áreas de boa visibilidade e que proporcionassem uma boa defesa, com bom acesso à navegação fluvial e que fossem suficientemente férteis para assegurar parte da subsistência da comunidade em todos os períodos do ano. Por outro lado, tudo indica que esses primeiros assentamentos tenham resultado das ex-



5. Intervenção arqueológica na *Casa Rosada*, rua do Norte, Belém. Sob os aterros destinados a regularizar o solo da área da construção, identificou-se camada de *terra preta*.

2. Dados inéditos obtidos durante o *Programa de Arqueologia e Educação Patrimonial na BR-163: Santarém-Rurópolis; BR-230/PA: Divisão TO/PA a Rurópolis (excluindo trecho Altamira-Medicilândia); BR-422: Trecho: Novo Repartimento-Tucuruí*, sob a direção científica da Prof. Dra. Denise P. Schaan, a quem agradecemos.



6. "Igreja de Pedra" de Vigia, templo da primeira metade do séc. XVIII erigido pela Companhia de Jesus.

petativas económicas e políticas indígenas perante os europeus, considerando a diversidade das organizações sociais de grupos ameríndios numa área tão vasta como aquela aqui considerada. Como a documentação histórica evidencia, os grupos europeus estabeleceram-se mais solidamente onde foi útil a sua presença pela disponibilidade que tinham em envolver-se nos conflitos locais e regionais enquanto aliados, ou ainda pelos contributos materiais e simbólicos que poderiam trazer a cada grupo específico no seu desenvolvimento social interno.

A diversidade dos modelos de ocupação colonial, desde as origens até às transformações pombalinas dos meados do século XVIII, parece emergir em duas regiões distintas do baixo Amazonas. A área de Belém, entre o baixo Tocantins e a baía de Marajó, encontrava-se ocupada por grupos designados por tupinambás, afins a outros grupos tupi do litoral Leste do Brasil. Estes grupos, semi-sedentários e de fronteiras políticas mais porosas, foram os que potenciaram, ainda que conflituosamente, os primeiros assentamentos europeus na região, assim como a sua multiplicação. Noutro sentido, a região do baixo Tapajós parece ter assistido nos séculos XVI e XVII a um modelo de complexificação social diverso, assente no aprofundamento de um cacicado centralizador de uma vasta área, da sua produção económica e com fronteiras aparentemente mais cristalizadas. Nas margens desse rio e nos cursos fluviais do seu entorno, a presença colonial foi particularmente descontínua no espaço e no tempo, apesar das recomendações dos cronistas das várias expedições que por lá passaram. Os assentamentos mais duradouros foram fundados por pequenos grupos de missionários, sem componente militar, e emergiram sobretudo no decurso da segunda metade de Seiscentos.

Ainda algumas palavras sobre as ocorrências artefatuais na região. Como referimos já, as evidências dos primeiros contatos poderão ser mais importantes do que até agora se assumia. Porém, a parte maior das ma-

terialidades que decorriam desse tipo de encontros jamais poderá ser reconhecida em virtude das condições geográficas e ambientais da região. Falamos sobretudo dos tecidos, mas também de produtos como o sal, utilizados na interação com populações indígenas até bem adiantado o século XVIII (Domingues, 2000, p. 170-171). Ainda assim, as evidências existentes e a documentação histórica levanta várias questões, designadamente o papel ativo das comunidades indígenas na seleção dos bens materiais que os europeus disponibilizavam como parte das suas estratégias internas de afirmação e distinção social (Scaramelli & Scaramelli, 2005).

De qualquer modo, devemos tomar atenção à diversidade material passível de ser reconhecida no interior dos próprios assentamentos coloniais, como indicadora do seu papel no processo de integração colonial. Na cidade de Belém, o núcleo colonial permanente onde as pesquisas arqueológicas têm sido mais contínuas, as cerâmicas claramente provenientes do Reino durante o século XVII e a primeira metade da centúria seguinte, designadamente as faianças, são particularmente raras e simples do ponto de vista técnico e estilístico. Na escavação da praça do Carmo, tida como espaço público desde a fundação da cidade, enquanto área de descarte de lixos, reconheceram-se 100 fragmentos de cerâmica decorada tupi, ou de tradição indígena, eventualmente com temperamento de cariapé ou cauixi, e apenas 53 fragmentos de cerâmica esmaltada pré-industrial, presumivelmente de origem portuguesa. Nos aterros do forte do Castelo, reconheceram-se cerca de 23000 fragmentos ou peças indígenas ou de tradição indígena, face a cerca de 20000 fragmentos de cerâmica esmaltada (Marques, 2006; informações inéditas). Apesar da escassez das amostras, elas provêm de espaços particularmente relevantes no interior do núcleo colonial, e poder-se-ão assumir como indicadores a considerar na análise da cultura material em Belém.

A escassez de material europeu, vulgar noutras partes da América portuguesa, poderá aqui corresponder não apenas a um contingente populacional reduzido, mas também a solução de integração colonial distinta. O fator indígena surge como predominante, e a utilização das materialidades de origem ameríndia por parte dos agentes da colonização poderá constituir parte de uma estratégia que buscava um reconhecimento e aceitação por parte daquelas comunidades. Essa seria, aliás, uma estratégia assumida por parte das elites hispânicas nas suas aproximações políticas e em esforços de integração colonial no México desde o século XVI, como procurou demonstrar Rodríguez-Alegría (2005). Enfim, trata-se de um problema em aberto e que se oferece como amplo espaço de investigações futuras.

BIBLIOGRAFIA

- ACUÑA, C. de (1641) – *Nuevo descubrimiento del gran río de las Amazonas*. Madrid: Imprensa del Reyno.
- BAENA, A. L. M. (2004) – *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial (Edições do Senado Federal, 30).
- DIAS, P. (2004) – *História da Arte Luso-Brasileira. Urbanização e Fortificação*. Coimbra: Almedina.
- CARVAJAL, F. G. de (2002) – *Relación que escribió Fr. Gaspar de Carvajal, fraile de la Orden de Santo Domingo de Guzmán, del nuevo descubrimiento del famoso río grande que descubrió por muy gran ventura el capitán Francisco de Orellana desde su nacimiento hasta salir a la mar, con cincuenta y siete hombres que trajo consigo y se echó a su ventura por el dicho río, y por el nombre del capitán que le descubrió se llamó el río de Orellana*. In DÍAZ MADERUELO, R. (ed.) – *La Aventura del Amazonas*. Madrid: Dastin. p. 31-88.
- COELHO, R. G. (2009) – Comportamentos de resistência à integração colonial na Amazônia portuguesa (século XVIII). *Anais de História de Além-Mar*. 10. p. 129-184.
- DENEVAN, W. M. (1996) – **A Bluff Model of Riverine Settlement in Prehistoric Amazonia**. *Annals of the Association of American Geographers*. 86 (4). p. 654-681.
- DOMINGUES, Â. (2000) – *Quando os índios eram vassallos. Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (Outras Margens).
- GOMES, D. M. C. (2010) – Os Contextos e os Significados da Arte Cerâmica dos Tapajó. In PEREIRA, E. e GUAPINDAIA, V. (orgs.), *Arqueologia Amazônica*. Vol. 1. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 213-234.
- GUAPINDAIA, V. (2008) – Prehistoric Funeral Practices in the Brazilian Amazon: The Maracá Urns. In SILVERMAN, H. & ISBELL, W. H., *Handbook of South American Archaeology*. Nova Iorque: Springer. p. 1005-1026.
- HERIARTE, M. (1874 [1662]) – *Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas*. Viena: Imprensa do filho de Carlos Gerold.
- KERN, D. C.; KAMPF, N.; WOODS, W.; DENEVAN, W. M.; COSTA, M. K. da e FRAZÃO, F. J. L. (2009) – As Terras Pretas de Índio na Amazônia. Evolução do Conhecimento em Terra Preta de Índio. In TEIXEIRA, W. G.; KERN, D. C.; MADARI, B. E.; LIMA, H. N. & WOODS, W. (eds.) – *As Terras Pretas de Índio da Amazônia: Sua Caracterização e Uso deste Conhecimento na Criação de Novas Áreas*. Manaus: Embrapa. CD-ROM. p. 72-81.
- LIMA, A. da S. (2006) – *A Guerra pelas Almas: Alianças, recrutamentos e escravidão indígena (Do Maranhão ao Cabo Norte, 1615-1647)*. Tese de mestrado apresentada à Universidade Federal do Pará. Belém: Policopiado.
- MARQUES, F. L. T. (2004) – *Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo arqueológico de Engenhos dos séculos XVIII e XIX*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Policopiado.
- MARQUES, F. L. T. (2006) – Investigação arqueológica na Feliz Lusitânia. In *Feliz Lusitânia. Forte do Presépio – Casa das Onze Janelas – Casario da rua Champagnat*. Belém: SECULT. p. 147-220.
- MARQUES, F. L. T. (2007) – O indígena em engenhos coloniais no estuário amazônico: Uma abordagem arqueológica. In *II Seminário de História do Açúcar: Trabalho, População e Cotidiano*. Vol. 1. ITU.
- MARQUES, F. L. T. (2008) – *Investigação prospectiva na Casa Rosada, Belém-PA*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Relatório final policopiado, 96 p. (Projeto apoiado por Fórum Lando – UFPA / Alubar Metais).
- MARQUES, F. L. T. (2010) – Um sítio indígena sob a Feliz Lusitânia: Descobertas recentes em Arqueologia urbana, em Belém do Pará. In SIMONIAN, L. T. L. (org.), *Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade*. Vol. 1. Belém: Editora do NAEA. p. 49-58.
- MEGGERS, B. J. e EVANS, C. (1957) – *Archaeological investigations at the mouth of the Amazon*. Washington, D.C.: United States Government Printing Office.
- MYERS, T. P.; DENEVAN, W. M.; WINKLERPRINS, A. e PORRO, A. (2003) – Historical perspectives on Amazonian dark earths. In LEHMAN, J.; KERN, D.; GLASER, B. & WOODS, W. (eds.), *Amazonian Dark Earths: Origin, Properties, Management*. Kluwer Academic Publishers. p. 15-27.
- NEVES, E. G.; PETERSEN, J. B.; BARTONE, R. N. e SILVA, C. A. da (2003) – **Historical and socio-cultural origins of Amazonian dark earths**. In LEHMAN, J.; KERN, D.; GLASER, B. e WOODS, W. (eds.), *Amazonian Dark Earths: Origin, Properties, Management*. Kluwer Academic Publishers. p. 29-50.
- NIMUENDAJÚ, C. (2004) – *In Pursuit of a Past Amazon. Archaeological Researches in the Brazilian Guyana and in the Amazon Region*. STENBORG, P. (ed.). Gotemburgo: Världskulturmuseet i Göteborg (Etnologiska Studier, 45).
- PORRO, A. – (1995) *O povo das águas: ensaios de etno-histórica amazônica*. Rio de Janeiro: Vozes.
- REIS, N. G. (2000) – *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: FUPAM – Fundação para a Pesquisa Ambiental. CD-ROM.
- RODRÍGUEZ-ALEGRÍA, E. (2005) – Eating Like an Indian. Negotiating Social Relations in the Spanish Colonies. *Current Anthropology*. 46 (4). p. 551-573.
- SANTOS, F. J. dos (2002) – *Além da conquista. Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina*, Manaus: Editora da Universidade do Amazonas.
- SARAGOÇA, L. (2000) – *Da «Feliz Lusitânia» aos confins da Amazônia (1615-62)*. Lisboa: Cosmos & Camara Municipal de Santarém.
- SCARAMELLI, F. e SCARAMELLI, K. T. de (2005) – The roles of material culture in the colonization of the Orinoco, Venezuela. *Journal of Social Archaeology*. 5 (1). p. 135-168.
- SCHAAN, D. P. (1996) – *A linguagem iconográfica da cerâmica Marajoara*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Policopiado.
- SILLIMAN, S. W. (2005) – Culture contact or colonialism? Challenges in the archaeology of native North America. *American Antiquity*. 70 (1). p. 55-74.
- SMITH, N. J. H. (1980) – **Anthrosols and human carrying capacity in Amazonia**. *Annals of the Association of American Geographers*. 70 (4). p. 553-566.
- VIANNA, A. (1905) – As fortificações da Amazonia. *Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico do Pará*. 4. p. 227-302.